

Águas turvas

15 MAI 1991

NÃO deixa de ser um sinal de desmotivação, e do modo como a educação anda sendo tratada no País, o fato de que a greve dos professores de escolas particulares prosseguiu, segunda-feira, em decisão tomada por apenas 1% da classe.

DIR-SE-Á que isso aconteceu porque o Tribunal Regional do Trabalho estará julgando, amanhã, o dissídio da categoria, e assim não valia a pena voltar ao trabalho por causa de dois dias. Significam tão pouca coisa dois dias de aula, num país à míngua de educação?

A GREVE vai-se esgotando pelo cansaço, e repetindo um triste padrão recente. Não é de hoje que estamos mergulhados no ciclo das greves. Mas uma greve como esta transforma as crianças em massa de manobra, o que lhe dá uma gravidade adicional.

PROFESSORES e escolas têm todo o longo período que vai de dezembro a março para acertarem suas diferenças. O sindicato dos professores dirá que, nesse período, a categoria não dispõe de "poder de pressão". É transformar o professor num sindicalizado qualquer, ofendendo a dignidade da profissão.

RESPONDERÁ o ativista: a profissão já perdeu dignidade, só pode lutar agora pela sobrevivência. Esta é uma meia verdade. Medicina e educação beneficiam-se de um prestígio milenar;

não são carreiras comuns. Se a ética da profissão é jogada pela janela, perdem todos com isso.

UMA paralisação como a de agora desestrutura todo o ano escolar. O estudante brasileiro já é perseguido pelas mais diversas distrações, por uma vida de solicitações constantes onde o espaço para o estudo tem de ser conquistado com dedo.

VEM a greve, e desmancha o que se pudesse ter conseguido. Com a paralisação, as férias do meio do ano tendem virtualmente a desaparecer. Fica-se, então, com um primeiro semestre descosido — e com um segundo período exaustivo.

HAVENDO vontade, professores e escolas poderiam descobrir outras maneiras de resolver suas diferenças. Mas lá entram as ambiguidades de que está intoxicada a educação brasileira. No início do Governo Collor, o Ministério da Educação interferiu de todo jeito nas escolas particulares, deixando de cuidar da sua missão, que era reabilitar o ensino público.

DEPOIS, diminuiu essa interferência; mas o País mergulhou no congelamento. Fica, então, a impressão de que escolas e professores embarcaram num jogo de simulação, criando a dificuldade para, depois, obter o aumento que pode ser repassado às mensalidades. Não há como entender, por exemplo, a propos-

ta que não era proposta apresentada pelo representante dos estabelecimentos de ensino. O que se pretendeu com isso? Simplesmente turvar as águas já suficientemente turvas?

E UM jogo em que saem perdendo a educação, os alunos e os próprios professores. Do lado dos professores, a desorientação não podia ser maior — o que se depreende da adesão de cerca de 50% obtida pela greve. Houve escolas que anteciparam-se à greve, e ao próprio dissídio, para que o ano não sofresse solução de continuidade. Consultados, numerosos pais de alunos chegaram a um acordo com as escolas, para preservar o que, certamente, lhes interessava mais: a educação de seus filhos.

ESSA situação de angústia pode ser aproveitada pelos que, na educação, vêm apenas um pretexto para ganhar dinheiro. A escola pública deixou de ser alternativa; e, com isso, a escola particular passa a ser o centro de um verdadeiro drama — o drama da educação brasileira.

MAIS do que nunca, é preciso cobrar do poder público a sua responsabilidade nesse terreno. Não se trata de transformar a educação particular em caso de polícia, e sim de devolver alguma seriedade ao ensino público.

FEITO isso, a suposta crise do ensino particular resolve-se por si mesma, num abrir e fechar de olhos.